

Brasil tenta prorrogar acordo para ter US\$ 300 milhões do FMI

Arquivo 10/01/49

SÔNIA MOSSRI

BRASÍLIA — O Governo está tentando obter a prorrogação até março de 1990 do acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em setembro do ano passado, o que garantiria o desembolso de apenas US\$ 300 milhões do FMI. Se fosse possível realizar um acerto de longo prazo, o País obteria US\$ 1 bilhão.

Com a prorrogação, os bancos comerciais também liberariam a terceira parcela de US\$ 600 milhões, vinculada ao envio de relatório do Diretor Gerente do FMI, Michel Camdessus, à comunidade financeira internacional.

O Assessor Especial do Ministério



Gartenkraut: negociações nos EUA

da Fazenda, Michal Gartenkraut, está há mais de 20 dias em Washington, discutindo metas de inflação e de política monetária até março de 1990. O Ministro da Fazenda, Mail-

son da Nóbrega, não está totalmente seguro da disposição do FMI de fazer um acerto provisório com o Brasil até a mudança de Governo, em 15 de março de 1990.

Muitos assessores da área econômica temem a repetição do mesmo cenário de 1984, quando o então Presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, se submeteu a uma verdadeira maratona de negociações com o FMI, que no entanto se recusou a fazer um acordo com o Governo Figueiredo, aguardando a posse do seu substituto.

As dificuldades para um acerto com o Fundo são muitas, reconhece um assessor da área econômica envolvido diretamente na renegociação da dívida externa.

Ele lembra que a ortodoxia do

Fundo exige não apenas o controle da inflação, mas a sua redução, o que está praticamente descartado nos sete meses que restam do Governo Sarney.

O Assessor Especial do Ministério da Fazenda levou aos técnicos do FMI a previsão de uma inflação média de 25% ao mês. Essa estimativa deverá ser abandonada e substituída por um índice mais realista, como uma inflação média mensal de 28%. Isso equivale a terminar 1989 com uma inflação anual em torno de 1.000%.

Se depender do FMI, a atual equipe econômica continuará praticando uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros, até a mudança de Governo, especialmente diante da impossibilidade de um novo ajuste fiscal em 1989.